

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, novembro de 2015, número 95. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

A implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano.

ARTIGO DO MÊS

Lutas sociais do campesinato na contemporaneidade no Brasil

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

IX Encontro Nacional da Rede DATALUTA

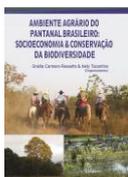
UNESP-IPPRI/São Paulo – São Paulo, 07 e 11 de dezembro de 2015.

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade.

Orgs: Onélia Carmem Rossetto e Nely Tocantins.

Resultado de 10 anos de pesquisas sobre um importante Bioma brasileiro, com enfoque na realidade social, econômica, demográfica e ambiental dos pescadores, camponeses, pecuaristas e indígenas, evidenciando as rupturas pela qual vem passando o modo de vida tradicional e as relações com o meio ambiente em face da modernização.



Amador Hernandez, Chiapas: Starved of Medical Services for REDD.

Produced: Global Justice Ecology Project.

In March, 2011, Global Justice Ecology Project traveled to the village of Amador Hernandez, with in the Montes Azules Biosphere Reserve, deep in the Lacandon Jungle of Chiapas, Mexico, to investigate how climate policies such as REDD are impacting the local population. This is what we found...

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=v6DAb6Y0Ji0>



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO



Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, e Valmir J. de O. Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AGROECOLOGIA, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO SERGIPANO

Eraldo da Silva Ramos Filho

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR
Coordenador do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação
Política no Campo Sergipano
eramosfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, verifica-se o aprofundamento da internacionalização das diretrizes de políticas públicas para campo brasileiro com forte influência: das perspectivas teórico-conceituais do paradigma do capitalismo agrário e do Novo Mundo Rural (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999; ABRAMOVAY, 1998); das orientações das organizações financeiras supranacionais; de processos de desenvolvimento local adotados no continente europeu; e da governança global da mitigação da pobreza, mais recentemente referenciada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este conjunto de referências e processos tem orientado as ações dos últimos governos na substituição da questão agrária pelo desenvolvimento rural sustentável (GOMÉZ, 2006) e pelo combate à pobreza (RAMOS FILHO, 2014), cuja abordagem territorial do desenvolvimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003) é o marco para o desenvolvimento local, através do fomento à criação de espaços de governança, nomeados *Territórios*.

Os *Territórios (Rurais ou da Cidadania)* são recortes espaciais formados por grupos de municípios circunvizinhos e contíguos, que se caracterizam por apresentarem espaços rurais com população em situação de pobreza e que demandam as políticas e ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ademais de apresentarem baixa densidade demográfica. Os Territórios funcionam como uma espécie de fórum permanente encarregado de: debater os dilemas do *desenvolvimento rural*, promover a *concertação entre os atores sociais* e articular as institucionalidades para que as políticas públicas sejam efetivadas e que promovam o desenvolvimento territorial. Participam deste espaço sujeitos sociais advindos principalmente da agricultura camponesa (associações, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, comunidades tradicionais, etc.) e gestores de políticas públicas nos três níveis de governo.

Desde 2003 foram adotados diferentes mecanismos de promoção, articulação e assessoria aos Territórios e suas instâncias. A mais recendente destas foi a expansão para todo o país dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que é concebido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como uma unidade administrativa de apoio aos Colegiados dos Territórios mediante extensão universitária e assessoramento técnico, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

A última seleção e contratação dos NEDETs no país decorreu de parceria interinstitucional entre o MDA, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. As equipes são integradas por profissionais de nível superior que atuam na assessoria de gestão

social, inclusão produtiva e políticas de mulheres, sob a coordenação de pesquisadores das Universidades Públicas e/ou dos Institutos Federais de Educação, contando também com o auxílio de um estudante de graduação em iniciação à extensão universitária.

Este texto tem como objetivo, no contexto da conjuntura agrária recente de Sergipe, apresentar os princípios norteadores da implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano (NEDET), que realiza a assessoria aos Territórios da Cidadania: Alto Sertão Sergipano, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Sul Sergipano. Partimos do pressuposto que as políticas públicas de Estado, voltadas para o campo historicamente têm se caracterizado pela sua incompletude, insuficiência e inadequação, sobretudo para a superação da condição de pobreza e subordinação, nesse sentido tomamos como referência para assessoria aos Territórios: a construção do conhecimento agroecológico a partir da práxis pedagógica construída na resistência camponesa e a construção de autonomias camponesas como alternativa à subordinação aos mercados de trabalho, dinheiro e produtos (VERGÉS, 2014).

A CONJUNTURA AGRÁRIA COMO PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA

O campo brasileiro vem passando por transformações fundamentais que expressa a polarização entre a expansão do agronegócio como complexo de sistemas capitalistas de produção, circulação, ciência e finanças e a resistência dos povos tradicionais e dos movimentos socioterritoriais. Os primeiros demonstram sua capacidade de incidência sobre o Estado, no intuito de angariar os financiamentos necessários à sua reprodução ampliada e difundem a ideologia de único e principal motor do desenvolvimento nacional, baseado na produção de mercadorias agrícolas, voltadas especialmente para os mercados externos.

Contraditoriamente, os dados oficiais atestam que o setor camponês da agricultura continua sendo o que contribui com a grande diversidade de alimentos necessários à segurança alimentar da nação e que mais emprega trabalhadores no campo, apesar de acessar a menor parte dos recursos financeiros. Embora os governos da última década discurssem em reconhecimento e enaltecimento da agricultura familiar, o conjunto das políticas públicas destinadas ao setor apresenta caráter residual e situa-se no marco da governança global do combate à pobreza, cujas políticas públicas, programas e ações podem ser classificadas em três eixos: transferência de renda, inclusão produtiva e assistência social.

Tal polarização trata-se de projetos de vida, modelos de desenvolvimento encampados por classes sociais antagônicas, cujas lutas entre si e intra si expressam a síntese contraditória das intencionalidades. A dominação e a apropriação do espaço geográfico apresentam-se como estratégias para a conquista dos respectivos projetos. Neste contexto, a contradição estrutural do desenvolvimento do capitalismo (apropriação privada da riqueza e socialização da pobreza e desigualdade) afirma-se como chave teórica para a compreensão da conflitualidade entre as classes sociais, que desembocam no exercício do poder sobre o espaço originando os processos de des-re-territorialização¹.

¹ A territorialização é o processo geográfico de construção de territórios, no qual determinados sujeitos, a partir da sociabilidade, realizam a apropriação de frações do espaço geográfico, projetando seu poder ou o exercício do poder com a finalidade de materializar seus respectivos interesses. A desterritorialização é a face do processo de destruição dos territórios e a reterritorialização é a reapropriação do espaço por determinado grupo.

A fim de dissipar este entendimento, as instituições financeiras supranacionais tem propagado uma agenda de reformas de segunda geração, com foco nas políticas mitigadoras da pobreza e na afirmação do desenvolvimento (do capitalismo) sustentável. Para isso decretam, desde a teoria: o fim da questão agrária e a não necessidade da reforma agrária como política estrutural, a metamorfose da classe camponesa na categoria profissional de agricultores familiares e a negação da contradição entre o capital e o trabalho, entre o agronegócio e o campesinato.

Sergipe, menor unidade da federação brasileira, é emblemático a este respeito. Com uma estrutura fundiária muito fragmentada com 81.729 imóveis (96,03% do total) ocupando apenas 982.624,54 hectares, o equivalente a 52,39% da área total declarada no INCRA no ano 2012 e apenas 74 megapropriedades (0,09% do total) que possuem o domínio de 136.891,54 hectares ou 7,3% da área (RAMOS FILHO; RAMOS, 2014), a pobreza constitui-se como uma situação sempre presente nos discursos e promessas de governo. Mas, nenhuma das propostas sinaliza para necessidade de superação do problema da fragmentação dos imóveis rurais e da desigualdade da sua distribuição. As soluções sempre residem no âmbito da integração com a agroindústria capitalista, realização de programas de transferência de renda e assistência social, assim como mercantilização e mercadorização da terra como ação mitigadora da pobreza.

A intensa fragmentação dos imóveis rurais impõe à maioria das famílias o acesso a áreas de dimensões incompatíveis com a necessidade de reprodução social, este processo é conhecido na literatura como minifundização. Esta problemática gera crise nas unidades familiares de produção impondo a busca por atividades assalariadas externas, que os causídicos do paradigma do capitalismo agrário entendem como a viabilidade da pluriatividade. Portanto, a fragmentação dos imóveis rurais é duplamente funcional ao capital, uma vez que o trabalhador que dispõe do chão de para viabilizar o seu descanso e a posse de um quintal produtivo familiar laborado nas horas de folga, permite o rebaixamento dos salários ofertados. E, também, diante da situação de crise no interior dos minifúndios a ideologia da necessidade empreender apresenta-se como a única alternativa.

Lançando mão disto, o agronegócio, com o apoio do Estado e dos governos, expande seu modelo de produção para interior das unidades familiares convertendo-as concomitantemente em fornecedoras de matérias primas, força de trabalho, consumidoras de insumos agrícolas e créditos financeiros. Esta situação anunciada como alternativa é o início do seu próprio fim, que pode se dar pelo endividamento e a expropriação, pela erosão da cultura camponesa e a perda da autonomia, pelo envenenamento do trabalho e a morte.

A alternativa é melhor para o capital que evita a imobilização de dinheiro-capital para ter acesso às terras e se apropria do produto do trabalho, sem ter que pagar pelo trabalho familiar. Emblemáticos deste processo são os sistemas agrários dos monocultivos: agroenergéticos (cana-de-açúcar e girassol) subordinados às indústrias sucroenergética e do agrodiesel; citrícolas subordinados às indústrias de bebidas, ao mercado internacional de laranja e transnacionais de insumos; do milho transgênico introduzido nos sertões de Sergipe por corporações como a SHS-Monsanto.

Se por um lado a minifundização é um problema estrutural no campo sergipano, por outro a desigualdade na distribuição fundiária é outra face da mesma moeda, com a existência de pelo menos 8 mil

famílias acampadas, algumas delas amargando o descaso do poder público há mais de uma década sob as lonas. Esta situação vem se agravando com a paralisação da política nacional de reforma agrária nos últimos 8 anos.

Diante desta lacuna, o governo estadual propalou o discurso da “reforma agrária pacífica” que significou a continuidade da contrarreforma agrária do Banco Mundial (RAMOS FILHO, 2013), materializado no crédito fundiário e a adoção de um instrumento de arrecadação de terras, através do decreto de utilidade pública, na zona do sertão do São Francisco. Em que pese esta ter sido a última ação massiva na arrecadação de terras, o dispositivo do pagamento da terra à vista aos proprietários segue promovendo o rentismo fundiário. Por parte do órgão fundiário federal, verificou-se também a realização audiências públicas para consultar os interessados em vender terras ao INCRA pela Lei 433/92. O conjunto destas medidas atestam os estímulos do Estado à conversão da terra em mercadoria vendável e rentável, sob o discurso do combate à pobreza rural.

Nesta conjuntura os movimentos socioterritoriais camponeses que atuam em Sergipe, seguindo a tendência nacional, reduziram drasticamente as ocupações de propriedades rurais e intensificaram a realização de diversas formas de manifestações no campo e nas cidades. Embora, a pauta contestatória da estrutura de propriedade da terra continue sendo central nas manifestações dos trabalhadores rurais registradas desde o ano 2000, emerge uma profusão de lutas reivindicatórias por políticas públicas como: crédito rural e endividamento, acesso à Educação do Campo e à universidade, direitos das mulheres e contra a violência doméstica, infraestrutura para produção e comercialização dos produtos agrícolas, etc.

Parte destas reivindicações os movimentos socioterritoriais buscam dar corpo, desde 2004, nos espaços de discussão e articulação dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, seja garantindo a participação de dirigentes nas plenárias, deslocando militantes para atuarem como articuladores destas instâncias e construindo parcerias com aliados e mediadores. Posição que possibilita aos movimentos envolvidos relativa oportunidade de acesso à informação sobre as políticas públicas, um aprendizado importante sobre os meandros da relação com o Estado no plano, não mais da luta pela terra, mas, sobretudo, exercitando o *controle social* das políticas públicas. Se por um lado, objetiva-se o fortalecimento dos assentamentos rurais e comunidades rurais mediante a inserção de capacidade produtiva e qualidade de vida, por outro, impõe-se o desafio de realizar a luta reivindicatória, sem perder de vista a luta contestatória, fundamental para a transformação social (FABRINI, 2015).

OS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA EM SERGIPE

Sergipe foi uma das primeiras unidades da federação a introduzir a política de desenvolvimento territorial do MDA. De acordo com Lima (2010) as primeiras articulações de “atores sociais locais” ocorreram no ano de 2003, quando foi instituída provisoriamente a Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) no Território do Alto Sertão Sergipano e deu-se a homologação do Território do Sertão Ocidental junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (SÍNTESE DOS PTDRS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, s/d). O estudo de doutoramento de Nobre (2008) revela que esta articulação inicial culminou na fundação dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão e do Sertão Ocidental no ano de 2004 e que ocorreu no bojo do II Plano Regional de Reforma Agrária (II PRRA). Posteriormente, nos anos

sequentes, foram criados os Territórios do Sul Sergipano e do Território do Baixo São Francisco e suas respectivas instâncias.

Desde a fundação da CIAT do Alto Sertão até a publicação deste artigo se passaram 12 anos. Tempo necessário para o aprofundamento desta abordagem e evidências dos resultados de médio prazo. Ao longo do período as mudanças na aplicação desta política pública foram diversas. Na dimensão institucional verificou-se a passagem da condição de Territórios Rurais aos Territórios da Cidadania, o que na prática representa um cenário de ampliação do repertório de políticas públicas em foco, tendo em vista a articulação das ações de uma miríade de ministérios federais.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao discurso do governo federal sobre a importância da valorização dos aspectos identitários que possibilita a construção da coesão social dos “atores locais” e definição dos arranjos espaciais dos Territórios. Porém, na prática, no período, concretizam-se redefinições dos arranjos espaciais dos Territórios com a incorporação de municípios, biomas ou regiões geográficas com dinâmicas econômicas, sistemas agrários e tradições (culturais e políticas) muito diferentes entre si e com baixa participação dos atores locais nesta decisão (Figura 1). Intrínseco a este processo verifica-se também o escasseamento dos recursos destinados às ações priorizadas pelos colegiados territoriais e dúvida na capacidade de incidência sobre a agenda de políticas do governo.

A figura abaixo representa os municípios integrantes dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Baixo São Francisco. Observa-se que 20% da área territorial do estado de Sergipe não está contemplada nesta política de combate à pobreza do governo federal. Tal área que abarca 23 municípios sergipanos, o que representa 30,6% do total, ocorrem dinâmicas que merecem ser registradas; a) a presença da capital do estado e sua região metropolitana; b) 2) a histórica zona açucareira, berço da oligarquia; c) zona de impactos da indústria, mineração, especulação imobiliária, estrangeirização das terras. As demandas dos grupos potencialmente beneficiários da abordagem territorial, aí localizados, “os pobres rurais”, costumam comparecer no cotidiano do Território do Baixo São Francisco.

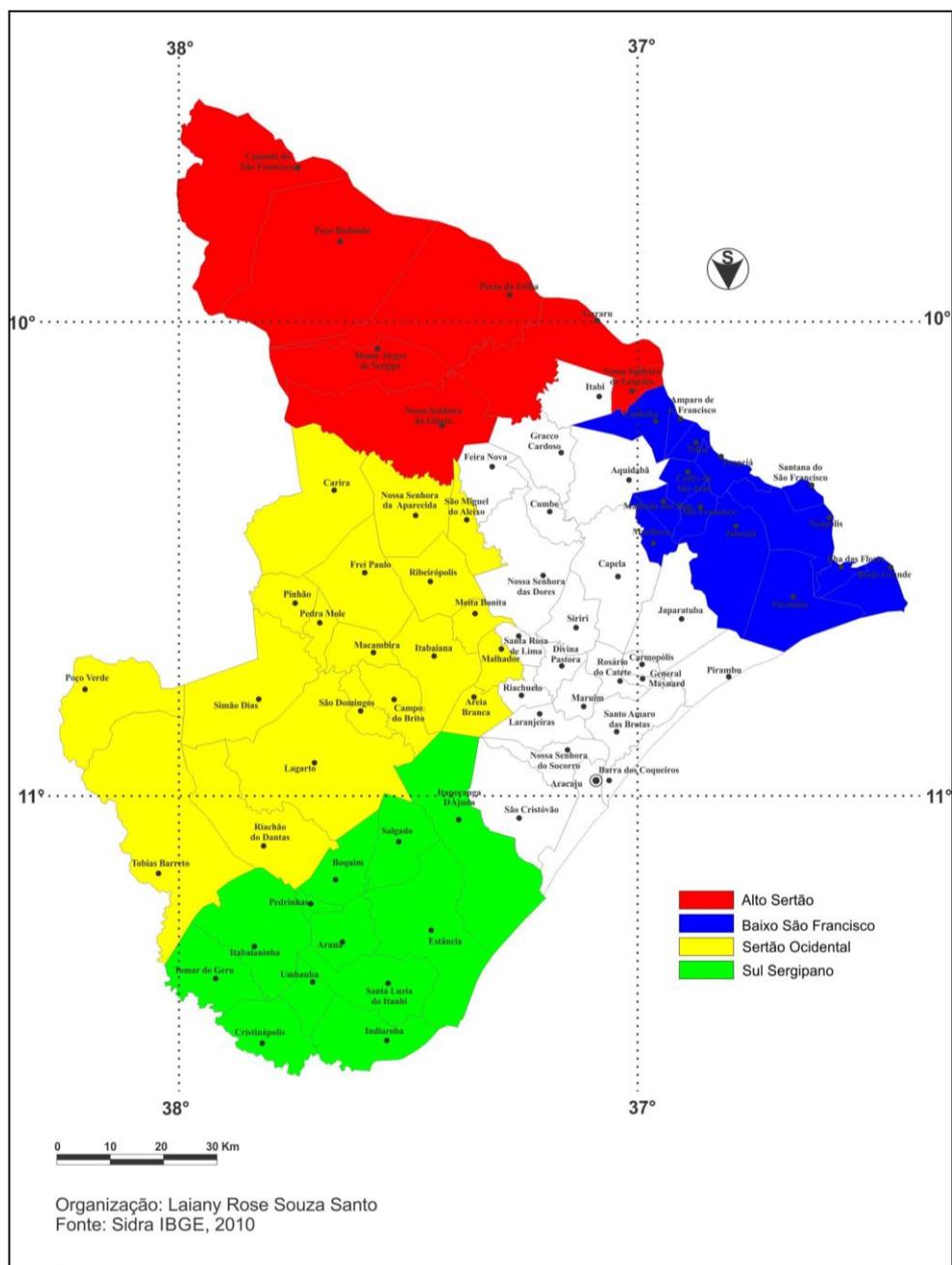


Figura 1 – Sergipe – Territórios da cidadania – 2015

Na tabela abaixo destaco a predominância de população rural apenas no Alto Sertão, onde também há concentração de assentamento de reforma agrária, em que pese os municípios apresentarem dinâmicas econômicas e sociais ligadas diretamente às atividades agrícolas. Observe-se que em Sergipe a luta pela terra praticada por 23.843 famílias, entre 1988 e 2014, através de 138 ocupações de terras resultou a arrecadação de 143.211 hectares originando, até 2014, 185 assentamentos de reforma agrária, que beneficia 8.757 famílias ou 11% dos estabelecimentos familiares existentes nos 4 territórios. Portanto, uma política de desenvolvimento territorial nesta unidade da federação necessita atenção especial ao desenvolvimento dos assentamentos rurais e retomada dos mecanismos de reforma agrária redistributiva.

Tabela 1 – Sergipe – Características gerais dos Territórios da Cidadania - 2014

Território	Municípios	Área (Km²)	População Total	População Urbana	População Rural	Nº de assentamentos de Reforma Agrária (RA)	Nº de famílias em assentamentos de RA	Área dos Assentamentos de RA	Nº ocupações de terras	Nº Famílias em ocupações de terras
Alto Sertão	Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha	4.911,62	146.479	68.339	78.140	66	2.696	58.424,98	39	5.545
Sertão Ocidental	Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto	6.666,13	455.467	262.397	193.070	38	1.603	29.808,87	30	7.160
Sul Sergipano	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba	3.862,99	278.955	155.255	123.700	40	1.877	21.996,58	37	5.519
Baixo São Francisco	Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha	1.946,50	125.174	72.655	52.519	20	1.048	15.434,98	13	2.973
Sem Território	Aquidabã, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Capela, Carmópolis, Cumbe, Divina Pastora, Feira Nova, General Maynard, Gracho Cardoso, Itabi, Japaratuba, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora Das Dores, Nossa Senhora Do Socorro, Pirambu, Riachuelo, Rosario Do Catete, Santa Rosa De Lima, Santo Amaro Das Brotas, São Cristóvão, Siriri	4.527,88	1.169.480	961.720	207.760	21	1.533	17.546,31	19	2.646
Total		21.915,12	2.175.555	1.520.366	655.189	185	8.757	143.211,72	138	23.843

Fonte: IBGE; DATALUTA Sergipe 2014.

Organização: Eraldo da Silva Ramos Filho

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA E OS PRINCÍPIOS ADOTADOS NO PROJETO

O processo de mobilização dos “atores locais”, fundação de territórios e funcionamento das instâncias também vem passando por mudanças desde sua criação e pelo menos três modelos foram adotados. Até recentemente o governo contratava uma organização não-governamental, que por sua vez, contratava um profissional para exercer a função de articulador territorial.

Atualmente, como ampliação da Encomenda 2013, instituiu-se o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que partir de um projeto de extensão universitária e pesquisa, auspiciado pelo MDA e gerido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, instituiu-se a contratação de equipes multidisciplinares, integradas por um assessor de gestão social, uma assessor de inclusão produtiva, uma assessora de política para mulheres, um estudante de graduação, todos sob a coordenação de professor ligado à universidade pública e/ou aos institutos de federais de ensino e desenvolvimento tecnológico.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano é um projeto multiterritorial de pesquisa participativa e extensão engajada. É um projeto multiterritorial porque realiza a assessoria aos territórios do Alto Sertão, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Baixo São Francisco. É um projeto de pesquisa participativa e extensão engajada, pois tem como matriz a pesquisa-ação como forma de produção do conhecimento, cujos processos de investigação e publicação dos resultados, almejam superar o mero reconhecimento da comunidade acadêmica, mas que possam ser discutidos, consolidados e incorporados pelos sujeitos sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento territorial, tendo o ensino como princípio educativo e formador de sujeitos críticos e conscientes das contradições inerentes aos processos sociais.

A construção da proposta se deu em intenso diálogo entre pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe, dos cursos de Geografia, Economia e Serviço Social, professores do IFS ligados ao curso de Agroecologia, pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), profissionais da Assessoria Técnica Social e Ambiental, articuladores do Sul Sergipano e Baixo São Francisco, militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e estudantes de graduação e pós-graduação.

Partindo de uma análise de conjuntura agrária de Sergipe e Brasil, cujos alguns aspectos estão apresentados nas seções anteriores, das descontinuidades e entraves na política de desenvolvimento territorial, da identificação dos principais dilemas, bem como do balizamento teórico-conceitual-metodológico comum, desencadeamos a elaboração da proposta que está sendo implantada entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017. O processo de escritura a muitas mãos, naturalmente, atribuiu ao grupo a horizontalidade das relações.

Foram três eixos norteadores do projeto e da prática das assessorias: Agroecologia, Gênero e Participação Política e um conjunto de princípios, dentre os quais destaco aqui: a construção do conhecimento agroecológico a partir da práxis pedagógica construída na resistência camponesa e a

construção de autonomias camponesas como alternativa à subordinação aos mercados de trabalho, dinheiro e produtos (VERGÉS, 2014). Os processos de resistência do campesinato, na luta pela terra, retomada e demarcação dos territórios, seja nos processos de resistência na terra contra a ofensiva do capital, no enfrentamento aos agrotóxicos, na luta contra a subordinação da renda ao capital, etc., são o ponto de partida desta ação, sobretudo por compreender estas lutas contestatórias como importantes processos pedagógicos de formação de sujeitos coletivos. Esta práxis nos últimos anos tem assumido formas novas, sobretudo no tocante a construção de alternativas de produção, organização do trabalho e comercialização. Me refiro sobretudo à multiplicação de sujeitos realizando agricultura sobre base ecológica. Cujas principais referências são a consolidação da rede de agricultores agroecológicos que atuam no Território Sul de Sergipe, construindo o conhecimento agroecológico, alterando as relações de trocas econômicas entre campo e cidade e refundando a resistência na terra, a partir dos intercâmbios de camponês a camponês.

Esta prática iniciada no Colegiado do Território do Sul Sergipano como forma de enfrentar a monopolização do território pelo setor citrícola globalizado ganhou corpo, consolidou-se e, hoje, serve de referência para outros camponeses em Sergipe, para a política de extensão rural do INCRA, pesquisadores da área e movimentos socioterritoriais.

Para o pesquisador mexicano Vergés (2011), o campesinato realiza sua produção econômica com base em uma relação de produção não capitalista, pois se fundamenta no trabalho familiar, portanto representação profunda do Valor. Mas, é na troca realizada no mercado capitalista, onde as mercadorias são produzidas a partir do trabalho assalariado e o preço estipulado com o objetivo de auferir a reprodução ampliada do capital, é que os camponeses tem sua renda subordinada ao capital.

Isto se dá com as trocas no mercado de produtos, sejam tendo que adequar os preços dos produtos produzidos pelo trabalho familiar ao patamar estabelecido pelo mercado capitalista, seja na dependência de aquisição, por meio da compra com dinheiro dos produtos que não consegue produzir. A subordinação também acontece quando os camponeses precisam inserir-se no mercado do dinheiro, obtendo créditos bancários para realização de algum empreendimento na unidade familiar de produção ou ainda quando se insere no mercado de trabalho seja assalariando algum membro da família ou incorporando trabalho assalariado na unidade de produção.

Portanto, a práxis pedagógica construída na rede de camponês a camponês, apresenta processos concretos de recuperação ambiental nos lotes dos agricultores envolvidos, possibilitando aumento da agrobiodiversidade, da diversidade e produtividade agrícola e crescente controle dos sistemas agrários agroecológicos por parte da família camponesa, bem como criação de mercados de produtos agrícolas sob o controle dos camponeses em aliança com trabalhadores urbanos. Como efeito já se vislumbra a decrescente dependência dos mercados de alimentos, insumos e créditos. Estes são horizontes fundamentais para a construção de autonomias camponesas, compreendidas aqui como a redução da dependência das famílias camponesas dos mercados de produtos, trabalho e dinheiro.

Em um cenário em que o Estado é funcional à reprodução ampliada do capital e que as políticas públicas cumprem este papel a partir das suas incompletudes, inadequações e insuficiências, afirma-se a importância de fomentar nos fóruns dos territórios da cidadania em Sergipe a construção de autonomias camponesas e através da pesquisa participativa e extensão engajada fortalecer processos concretos, mediante o estímulo de práticas realizadas por redes de agricultores agroecológicos, movimentos socioterritoriais, cooperativas de camponeses ou organizações não-governamentais, assim como pela identificação e articulação de instituições, organizações sociais e colegiados com vista à constituição de um sujeito coletivo de apoio ao fortalecimento dos processos agroecológicos em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

Cadernos Territoriais – SDT (vários)

FABRINI, João Edmilson. Sem-terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas. In: **Boletim DATALUTA**: artigo do mês. Presidente Prudente: NERA, fev. 2015, n. 86. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2015.pdf > Acesso em 16 nov 2015 às 21:30hs.

GOMÉZ, Jorge Ramon Montenegro. **Desenvolvimento em desconstrução**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente, 2006. 438p Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano**: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. São Cristóvão, 2010. 180p Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial**: Desenvolvimento Territorial. 008-Alto Sertão - SE. Brasília, maio 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial**: Desenvolvimento Territorial. 135-Baixo São Francisco - SE. Brasília, maio 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial**: Desenvolvimento Territorial. 084-Sertão Ocidental - SE. Brasília, maio 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial**: Desenvolvimento Territorial. 105-Sul Sergipano - SE. Brasília, maio 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural**. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999. Disponível em: < <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24> > Acessado em 01 fev. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Serie textos para a discussão. n. 4. Brasília: Out. 2003.

NOBRE, Gismário Ferreira. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a Sociedade:** entre a autonomia a institucionalização. O caso de Sergipe. Salvador, 2008. 240p Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

PEREIRA, Raphaela Andrade; BATISTA, Rayane Mara; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PAULO, Tereza Raquel Muniz de. Prolegônemos à reforma agrária em Sergipe: o convênio 04000/2007 INCRA – SEAGRI em foco. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU/IG, 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1403_1.pdf>.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza rural e à miséria no Brasil. In: TELLO, Sonia Perez, et. Al. (orgs.). **Multidimensionalidad de la pobreza:** propuestas para su definición y evaluación en América Latina Y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 305 - 337. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20131204115049/Multidimensionalidad.pdf>>

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; RAMOS, Oneclark Francisco. Concentração fundiária, monopolização do território camponês e mercados institucionais: desafios ao combate à pobreza em Sergipe. In: FAPITEC/SE. **Pesquisa em políticas públicas no estado de Sergipe:** Série Documentos 1. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014, p. 161 – 187.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural:** os casos do MST, CONTAG e MARAM. Subordinação ou resistência camponesa. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2013.

_____. (Coord.) et al. **DATALUTA Sergipe 2012:** Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012. São Cristóvão: LABERUR, 2013. Universidade Federal de Sergipe, 2013. Disponível em: < http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/relatorio_dataluta_sergipe_2012.pdf>.

SINTESE DOS PTDRS DOS TERRITORIOS DA CIDADANIA, s/d.

VERGES, Armando Bartra. **Os novos campones:** leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNITWUIN, 2011 (Coleção Vozes do campo).